



*Handwritten signatures and initials, including 'Aves' and 'M'.*

## ACTA N.º 7/2012

### SESSÃO ORDINÁRIA

**Local:** Sala de Sessões dos Paços do Município.

**Data:** 28/12/2012.

**Iniciada às 20,30 horas e encerrada às 24,00 horas.**

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- I. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR
- II. INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

#### ORDEM DO DIA

- I. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
- II. ALIENAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA GESCRUZEIROS, SA
- III. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO
- IV. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

A sessão iniciou-se com a presença de:

**Presidente da Mesa:** José Ramalho Ilhéu

**Primeiro-Secretário:** Dimas Joaquim Canhão Ferro

**Segundo-Secretário:** António José Lucena Dias

**Membros:** Henrique Lopes de Oliveira

José Pedro Pires dos Reis

Rui Manuel Chilrito Pereira

Ricardo Calixto Borges Cartaxo

Manuel Cerveira Dias

Sara Maria Vidigal Correia

Manuel José Fernandes Pereira

Francisco José Capelas Suzano

Rui Filipe Prata Ramos Reynaud

Joaquim Manuel Galamba Caeiro

Alexandre Maria Rodrigues Mendonça



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Aline Margarida Amaral Batista do Rosário

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Granja** Joaquim Bonito Valadas

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Luz** Francisco Simão Lopes de Oliveira

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Mourão** António José Mendonça Ferreira

A sessão foi presidida pelo Sr. José Ramalho Ilhéu, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada por Vítor Manuel Leal Vidigal, Coordenador técnico da Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, servindo de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes todos os membros.

Foram consideradas justificadas as faltas dos membros abaixo indicados às seguintes sessões anteriores:

NOME	SESSÃO	DATA
Henrique Lopes de Oliveira	Ordinária	28-09-2012
Henrique Lopes de Oliveira	Extraordinária	04-10-2012
Ricardo Calixto Borges Cartaxo	Extraordinária	27-10-2012
Manuel Cerveira Dias	Extraordinária	04-10-2012
Manuel Cerveira Dias	Extraordinária	27-10-2012
Sara Maria Vidigal Correia	Ordinária	28-10-2012
Sara Maria Vidigal Correia	Extraordinária	04-10-2012

Foi considerada injustificada a falta do senhor Joaquim Bonito Valadas à sessão extraordinária do dia 27 de Outubro de 2012.

O Sr. Presidente deu início à sessão com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**I – APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES**



Adren  
~~João~~  
Oliveira

O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a acta da sessão ordinária do dia 28 de Setembro de 2012, com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, O Sr. Joaquim Valadas para referir que na página 225 e relativamente à sua intervenção, o português tem uma redacção pior que a primeira redacção que fez na escola, onde se lê "*os governantes anunciaram orgulhoso*" e depois "*por se ombrear com outros países europeus nesta matéria quando na realidade é uma desgraça*", depois "*as pessoas pagaram com dificuldade em vão os novos equipamentos*". Pelo menos na primeira frase parece um português que deixa muito a desejar. Mais acha que houve muitas palavras que foram verdadeiramente sonegadas e uma salgalhada e mistura de intervenções. Relativamente à sua intervenção sobre a qualidade da água da freguesia de Granja, verifica que não corresponde ao que afirmou e que também não reflecte as respostas do Sr. Presidente. Mais referiu que frisou bem o nome da ADEREM relativamente aos 68.500 euros que foram atribuídos e que pediu ao Sr. Presidente que justificasse essa verba quando a outras associações pouco é dado. Não pretendendo dizer que haja manipulação da sua intervenção o certo é que verifica que nas restantes páginas isso não acontece. Mais propôs que as actas não demorem tanto tempo a chegar aos membros e juntamente com uma carrada de papelada que tem dificuldade em ler.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida acta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com catorze votos a favor, e quatro abstenções dos senhores Ricardo Cartaxo, Manuel Cerveira Dias, Sara Correia e Joaquim Caeiro.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta da sessão extraordinária do dia 4 de Outubro de 2012.

Não havendo objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida acta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com doze votos a favor, e seis abstenções dos senhores Ricardo Cartaxo, Manuel Cerveira Dias, Sara Correia, Joaquim Caeiro, Joaquim Valadas e José Pedro dos Reis, que declarou ter-se absterido em virtude de não ter estado presente na sessão.

Finalmente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta da sessão extraordinária do dia 27 de Outubro de 2012, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, o Sr. Manuel Pereira para referir que na folha 261 falta a sua observação de que para além de ter dito que na eleição para a Assembleia de Freguesia o PS passou de 1 para 3 membros, também falou na



~~10~~  
Dias  
[Signature]

diferença de votação daquela para a anterior, ou seja, a Câmara foi ganha pelo PS por uma diferença de 23 votos e na Luz houve diferença de 28 votos e para a Freguesia de 35 votos, pelo que considera relevante a sua vinda para o concelho.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida acta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com treze votos a favor, e cinco abstenções dos senhores Joaquim Valadas, Manuel Cerveira Dias, Francisco Oliveira, Henrique Oliveira e Joaquim Caeiro.

## **II – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a seguir conhecimento da correspondência endereçada à Assembleia Municipal, a qual poderá ser consultada por qualquer membro, e ao mesmo tempo agradecer os convites para a sua presenças em determinados eventos, agradecer as boas festas endereçadas por diversas instituições (CIMAC, Junta de Freguesia de Luz, os VERDES, o Município, etc,) e desejar feliz ano a todos.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia intervir, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Joaquim Valadas para voltar mais uma vez a chamar a atenção para a má qualidade da água da freguesia da Granja, que neste mês tem sido um desastre. Nos últimos dias tem sido frequente as pessoas dirigirem-se-lhe reclamando da situação, ao ponto de no dia 10 não ser possível fazer as refeições na escola com a água da torneira. Passados anos e anos sem se resolver a situação, perguntou qual o ponto de situação dos trabalhos que estavam previstos realizar.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que as convocatórias e a aprovação das actas das sessões extraordinárias resultou de um processo muito atabalhado e de grande trapalhada, linguagem agora utilizada na comunicação social. Na última sessão tinha-se falado genericamente no PAEL, não se prevendo que iria suceder o que sucedeu. O Sr. Presidente da Mesa foi dos que mais desenvolveu o tema e deu indicações de uma má aceitação do processo, e de repente, a seguir ao Congresso da ANMP, no qual o Município foi muito bem representado, foi convocada irregularmente uma sessão para quatro dias depois, com a ordem de trabalhos com 3 pontos, na qual não pôde estar presente. Mais referiu que a acta só se refere a um ponto quando a ordem do dia tinha 3, o que parece não estar muito bem, e achou interessantes algumas intervenções sobre o referido Programa, nomeadamente do Sr. Secretário da Mesa. Mais estranhou a convocatória de uma nova sessão para debater o mesmo tema, com convocatórias feitas nos mesmos moldes, com a deliberação do Executivo e a posição da Sr.<sup>a</sup> Vereadora da oposição a serem precisamente as mesmas. Tudo uma grande confusão, falta de cuidado e atabalhoamento, o que pode levar à impugnação das



deliberações. A própria elaboração das atas, indicando primeiro a votação e só depois as intervenções lhe pareceu um procedimento estranho. Com todas estas anomalias processuais e considerando os inconvenientes que o presente envenenado que é o empréstimo pode trazer ao Município e aos Mouranenses, se for possível recuar na sua contratação, apoiaria essa decisão pois desse empréstimo só advirão mais problemas.

O Sr. Presidente da Câmara para dizer que se chegou à conclusão, em conjunto com os técnicos das Águas do Centro Alentejo, que as obras previstas para resolver a situação da qualidade da água na Granja, não seria as ideais, e que aquela empresa, na sequência do acordo de pagamento celebrado com o Município, se comprometeu realizar as acções necessárias para resolver o problema. Mais referiu que aquele problema não é de fácil resolução, mas muitas vezes a falta de brio profissional também leva a que aconteçam situações como as que o Sr. Presidente da Junta relatou.

Relativamente às trapalhadas a que o Sr. Cerveira Dias se referiu, como faz parte dos trapalhões, prefere não responder ao iluminado.

O Sr. Joaquim Valadas para referir que não concorda com a desculpa da falta de brio profissional, pois já voltou a haver água negra, e se há falta de brio profissional qual o motivo que leva a quem faz a gestão de não agir em conformidade com essa falha? Se os trabalhadores fazem o que querem prejudicando a população, porque não são punidos? Mais referiu que são desculpas de mau pagador.

O Sr. Presidente da Câmara para referir que não são desculpas pois uma nova canalização em baixa só com a ajuda do estado se poderá fazer, não estando a Câmara nem a Junta em condições de o resolver.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para sugerir que a Junta de Freguesia e a Câmara em conjunto estudem todas as hipóteses técnicas para que seja fornecida água potável à população, para não se estar em todas as sessões uma parte a levantar o problema e outra a tentar explicar o que está a acontecer, quando ambas as partes estão interessadas em resolver o problema.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que ficou surpreendido com o sentido de respeito que o Sr. Presidente não tem para com os deputados municipais ao responder daquela forma, e fica surpreendido pelo facto de o Sr. Presidente da Mesa não alertar para essa falta de respeito. Parece que o Sr. Presidente ficou impressionado com a palavra trapalhada, tão vulgar e até utilizada na comunicação social por correligionários seus. Todos os detalhes que



A2105  
*[Handwritten signature]*

apontou são exemplos de ter havido procedimentos irregulares. Mais referiu que depois de ver as conclusões de alguns membros e até do Sr. Presidente da Mesa de que este empréstimo não resolve nada e ao mesmo pedem a responsabilidade de todos, que não aceita qualquer tipo de responsabilidade nos problemas que outros criaram e por uma situação criada por alguém. Para aligeirar responsabilidades não contem com ele.

O Sr. Joaquim Valadas para perguntar para quando está agendada uma sessão da Assembleia na freguesia da Granja, tendo o Sr. Presidente da Mesa respondido que iria ponderar sobre o assunto e possivelmente agendar já a de Fevereiro.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para referir que responder ao Sr. Cerveira Dias seria dar-lhe demasiada importância, mas como tem uma noção da política algo diferente iria responder, e dar a importância que não tem. Se não esteve nas duas últimas sessões, por não ser informado ou não poder estar o problema é dele. Todos sabiam da importância do problema e todos tinham a noção das datas. Quanto à decisão da ordem de trabalhos da primeira sessão ter 3 pontos e passar para um, é certo que as sessões extraordinárias não podem incluir mais pontos que os anunciados mas podem não ser tomadas deliberações sobre alguns que delas constam, o que aconteceu. Na segunda sessão foi originada em virtude da legislação exigir que nos contratos plurianuais a aprovação tenha que ser por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções, o que resultava que a votação da primeira sessão não obedecia àquela norma. Por isso não se estranha que a proposta da Câmara e a declaração de voto da senhora Vereadora Anabela fossem as mesmas. Quanto às questões de cumprimento dos prazos e uma vez que nenhum membro colocou qualquer problema, deixaria isso para o tribunal de contas que se debruçará sobre esses procedimentos de aprovação do empréstimo. Quanto às suas declarações, referiu que sempre disse e nunca escondeu que a situação financeira da autarquia é crítica, e se o disse com mais clareza foi porque se discutiu o problema entre todos ainda com mais clareza. Todos sabem que o PAEL vai ser mais um aperto, mas não recorrer a ele será ainda pior. Quanto a dizer que todos são responsáveis, disse-o por considerar que por tudo o que se passa no mundo, no bom e no mau, julga ter sempre uma quota-parte de responsabilidade, e fácil dizer que a responsabilidade é sempre dos outros. O nível de responsabilidade é que varia entre cada um consoante o cargo que ocupa. Mais referiu que deu os esclarecimentos porque entende que a política faz-se de esclarecimentos das situações. Finalmente esclareceu que já foi interpelado várias vezes sobre a questão do Sr. Presidente da Câmara não dar explicações a perguntas que lhe são feitas, referindo que tanto o Sr. Presidente da Câmara como os membros dão as respostas ou esclarecimentos que entendem, não



Adm  
10

podendo ele ter qualquer poder para obrigar quem quer que seja a responder ou a dar melhores esclarecimentos.

A Sr.<sup>a</sup> Sara Correia para referir que a choca e que não estava à espera, por ter por ele grande consideração, que o Sr. Presidente da Mesa, dissesse que dar uma resposta ou um esclarecimento a um membro da Assembleia era dar-lhe demasiada importância, tendo o Sr. Presidente da Mesa respondido que também ele não gosta de ouvir algumas coisas vindas do outro lado, sobretudo quando não haja razão para as dizer. Mais referiu que nos órgãos colegiais o tempo que é dado a cada membro para intervir é de acordo com a sua representatividade, e ele ainda não colocou qualquer entrave em relação às intervenções de cada membro, logo os esclarecimentos também devem ser pedidos em tom mais adequado, e mesmo assim acabou por dar os esclarecimentos.

### **ORDEM DO DIA**

#### **I – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentar o que se lhe oferecer, tendo este remetido, no geral, a sua comunicação para a informação escrita, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa a esta acta (documento número \_\_\_), fazendo parte integrante da mesma, e prestou ainda as seguintes informações:

- Foi informado, mas não por escrito, que foi aceite a adesão do Município ao PAEL;
- A DGAL ainda não procedeu aos pagamentos previstos realizar com as verbas retidas para o Fundo de Regularização Municipal, embora os documentos tenham sido objecto de aprovação pela Inspecção-Geral de Finanças;
- Tem havido diversas reuniões sobre a verticalização das águas, que consiste na globalização da gestão da água por todos os Municípios e a EPAL, ou seja a agregação dos sistemas multimunicipais, com cerca 67 municípios, que poderá passar também pela gestão da água em baixa, havendo a comparticipação dos consumidores do litoral para colmatar a falta no interior;
- A Águas do Centro Alentejo sugeriu que no lugar da abertura de mais furos na Granja, seria mais vantajoso pagar as facturas e ser aquela empresa a fornecer a água;
- Estão suspensas as obras dos empreendimentos turísticos na Abegoaria e na Rua Machados dos Santos, em Mourão;
- A LAND RESERVE apresentou alguns dos projectos das especialidades do empreendimento turístico da Herdade do Mercador, e solicitou que os restantes sejam entregues faseadamente;
- O empreendimento da Herdade das Ferrarias não tem tido qualquer desenvolvimento.



Adas  
~~Adas~~

Seguidamente o Sr. Presidente colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos que os membros entenderem necessários, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Joaquim Valadas para referir que se o domínio das águas deixar de pertencer ao Município originará certamente a subida dos preços, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que ao aderir ao PAEL está implícita uma subida dos valores de diversos serviços e taxas.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para se congratular com a posição da Sr.<sup>a</sup> Sara, e referir que deve ponderar se está ali a fazer alguma coisa ou se deve partir para outra, mas só o apreço por quem o elegeu o impede. Parece que o Sr. Presidente da Mesa tem aqui um ar de submissão exagerado, privilegiando o que não é Assembleia. Seguidamente referiu que foram quatro pessoas ao Congresso da ANMP mas nada é referido sobre o que passou no mesmo, o que a Assembleia merecia. Não se sabe se já foi ou não assinado o contrato de empréstimo do PAEL. Gostava de saber qual o resultado para a Câmara do processo litigioso das Amarelas? A execução orçamental não chega a 50%. Qual o possível impacto no Município da possível redução dos assessores e secretários dos gabinetes de apoio pessoal? Foi ou não paga a prestação do empréstimo ao BPI? Em que fase se encontra a situação das rendas da EDIA e da EDP?

O Sr. José Pedro dos Reis para perguntar se o projecto da Herdade do Mercador não for executado como vai ser resolvida a questão da isenção de IMT concedida ao promotor, porque como referiu na altura se isso acontecer deveria haver uma recompensa para o Município.

O Sr. Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos:

- Foram ao Congresso da ANMP o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mourão eleito pela Assembleia, o Sr. Vice-Presidente em representação do Presidente da Câmara e ele próprio por pertencer ao Conselho Geral da ANMP. A comunicação social quis passar a informação que os membros do PS e do PSD tinham dividido a Associação, mas o certo é que foi lá que se apressou o processo para permitir que os municípios tenham acesso às verbas do PAEL;
- Ainda não foi lida qualquer sentença relativamente ao processo das Amarelas, mas ficaram provados os argumentos do Município perante o Tribunal, mas agora a ré, a Sociedade Lebre e Caça, apresentou recurso a impugnar aquela decisão;
- Ainda não houve acordo entre os dois maiores partidos relativamente à proposta de lei da administração autárquica que legislará sobre a questão dos membros dos gabinetes de apoio pessoal;



*[Handwritten signatures and initials]*

- Com as actuais dificuldades para pagar salários, águas, esgotos, electricidade e segurança social, ter 40% de execução orçamental pode ser considerado muito bom e melhor não é possível fazer;
- Todas as prestações de todos os empréstimos estão pagas. Está também regularizada a situação perante as finanças e segurança social, à excepção da CGA que falta regularizar 4 meses;
- A isenção foi dada com a convicção de que o projecto seria concluído. Sabe que a LAND RESERVE já recebeu 14 milhões de euros e como já foram entregues os projectos das especialidades, tudo leva a crer o projecto será executado, embora as actuais condições da economia não sejam favoráveis.

O Sr. Ricardo Calixto para referir que a água constitui o melhor bem da vida e se alienarmos a água já não temos grandes possibilidades de poder regatear esse enorme bem. A privatização da água é uma questão politica, que o capitalismo quer absorver. Se o Município entrar num desses planos de agregação total de águas do país, o que se pode exigir é que sejam eles a efectuar a renovação da rede, que é um dos maiores problemas do concelho. A qualidade da água é boa e o que está a causar os problemas é deterioração da rede em baixa. Na sua óptica politica só se deve aceitar essa privatização se for assegurado que a responsabilidade da renovação das redes de abastecimento de água em baixa será da empresa gestora e não do Município.

O Sr. Francisco Oliveira para perguntar se os documentos que a LAND RESERVE entregou na Câmara são ou não aprovados ainda este ano, uma vez que disse que a empresa tem vontade de iniciar em 2013, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que os documentos estão a ser analisados pelos serviços municipais, e um dos entraves que foram colocados foi o facto de não terem sido entregues a totalidade dos projectos das especialidades, mas a entidade promotora já entregou um requerimento a solicitar autorização para a sua entrega faseada, pelo que com certeza durante o próximo mês de Janeiro poderão ser aprovados.

## **II – ALIENAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA GESCRUZEIROS, SA**

Sobre o assunto em epígrafe o Sr. Presidente da Mesa dispensou a leitura do pedido de autorização da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, do seguinte teor:

### **“PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO**

#### **ALIENAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA GESCRUZEIROS, SA**



Adas  
[Handwritten signatures]

Em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, *"Autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação"*.

Este Executivo, na sua reunião ordinária de 19 de Novembro de 2012, aprovou a proposta, nos termos constantes da deliberação cujo teor seguidamente se transcreve:

#### *"4. ALIENAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA GESCRUZEIROS, SA*

*Foi lido o e-mail da Gestalqueva, datado de 06 de novembro de 2012, em que informam da decisão tomada em Assembleia Geral do passado dia 12 de outubro, de alienar 51% do capital social da Gescruzeiros, de que são titulares. Assim, solicitam com a brevidade possível, que o Município de Mourão se pronuncie sobre a venda dos 7% de que é detentor.*

*O executivo após trocas de impressões deliberou, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos senhores Vereadores Joaquim Gonçalves e Anabela Caixeiro, aprovar a pretensão e remetê-la a aprovação da Assembleia Municipal."*

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão deste pedido de autorização e portanto espera-se que o mesmo mereça aprovação da Assembleia Municipal."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à discussão o referido pedido de autorização, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Ricardo Calixto para perguntar qual interesse do Município na alienação do capital? O que é que se pretende afinal alienar e qual o interesse do Município na alienação daquele capital?

O Sr. Francisco Oliveira para referir que a informação está confusa. Ainda vai consultar as actas da Assembleia para recordar que alguém disse nesta Assembleia que não se sabia de quem era o capital da Gescruzeiros. Se forem desmobilizando as empresas todas da EDIA qualquer dia sabe-se a verdade toda. Não poderão os municípios ficar detentores de uma parte do capital da Gescruzeiros?



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Alves' and a large signature.

O Sr. José Pedro dos Reis para referir que gostaria de ver as contas da Gescruzeiros uma vez que os accionistas deveriam ter acesso às contas, já que o Município assim não sabe se está a ganhar ou perder dinheiro. Também não se sabe se esta alienação é acima ou abaixo do real valor do capital em causa. Assim não se sabe o que é para votar, apenas se diz que são 7% do capital.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que estes assuntos não deveriam ser tratados por e-mail. Depois refere que se a decisão foi tomada em Assembleia Geral e se a Câmara participou o assunto está arrumado. Parece que o Município participa com 7% do capital da Gestalqueva e não da Gescruzeiros. Perguntou depois se a Assembleia alguma vez se pronunciou sobre a participação naquela empresa? Que ele saiba o Município só participa no capital da Gestalqueva, com 35 mil euros, nas Águas de Portugal e Município. Nunca constou das contas do Município qualquer participação na Gescruzeiros.

O Sr. Vice-Presidente para informar que 51% do capital da Gestalqueva está na dependência da EDIA e do Governo e 49%, uma quota minoritária, na dependência da Gescruzeiros e dos Municípios que fazem parte do regolfo de Alqueva. Com a extinção da Gestalqueva e como nenhum dos municípios pretende adquirir a parte dos outros, a solução será a alienação do capital de cada um desses Municípios à Gescruzeiros, para que esta consiga levar por diante o projecto da Marina da Amieira.

O Sr. José Pedro dos Reis para referir que ninguém quer inviabilizar qualquer projecto, mas perguntou por que valor será alienado este capital? No mínimo deveria ser assegurado que aquele capital valesse os 35 mil euros.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que o Município não tem capital na Gescruzeiros pois não consta nas contas. Se a Câmara deu autorização para a Gestalqueva vender o capital que tinha na Gescruzeiros o assunto para a Câmara de Mourão acabou. Se do resultado desta operação da Gestalqueva com a Gescruzeiros resultar daí algum benefício deve a Câmara tirar os respectivos dividendos.

O Sr. Henrique Oliveira para referir que a proposta está um pouco confusa, mas percebe que têm de se pronunciar sobre os 7% da Gestalqueva que por sua vez é participante na Gescruzeiros. O que não é claro é saber quanto se investiu e quanto se vai receber. A Gestalqueva é o exemplo puro de que o sector público não resolve nada. O



Adas  
[Handwritten signatures]

Município enterrou dinheiro na Gestalqueva e agora está falida. Mais perguntou quanto é que Município investiu e se por acaso não perder já não é mau.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimentos, o Sr. Presidente da Mesa colocou o referido pedido de autorização à votação, tendo o mesmo merecido aprovação, por maioria, com dez votos a favor, três votos contra dos senhores José Pedro dos Reis, Ricardo Cartaxo e Manuel Cerveira Dias, e cinco abstenções dos senhores Henrique Oliveira, Francisco Oliveira, Sara Correia, Joaquim Caeiro e Joaquim Valadas, e em minuta.

### **III – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

Sobre o assunto em epígrafe o Sr. Presidente da Mesa dispensou a leitura da proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, do seguinte teor:

## **“PROPOSTA**

### **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, *“aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões”*.

Tendo em vista o cumprimento do referido preceito legal e da deliberação tomada por este Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012, cujo teor seguidamente se transcreve, apresenta-se à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º do citado diploma legal, a proposta de Grandes Opções do Plano e de Orçamento, respectivamente, para o quadriénio financeiro de 2013 a 2016 e para o ano financeiro de 2013, de acordo com os documentos anexos:

#### **“4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

*Pelo senhor Presidente foi posta à discussão a análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Mourão, respectivamente, para o quadriénio financeiro de dois mil e treze a dois mil e dezasseis e para o ano financeiro de dois mil e treze. As Grandes Opções do Plano*



incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Mais Relevantes (PAMR), divididos nos seguintes objectivos:

Objectivos	Grandes Opções do Plano		
	PPI	PAMR	Total
1. Funções gerais	70.500 €	30.500 €	101.000 €
2. Funções sociais	697.322 €	210.750 €	908.072 €
3. Funções económicas	263.400 €	6.500 €	269.900 €
4. Outras funções	40.000 €	1.500.198 €	1.540.198 €
Total.....	<b>1.071.222 €</b>	<b>1.747.948 €</b>	<b>2.819.170 €</b>

O Orçamento apresenta um valor total, tanto na receita como na despesa, de nove milhões, setecentos e quarenta e três mil, oitocentos e setenta euros.

Os documentos referidos, dada a sua extensão, ficam arquivados com os números 17 e 18, em pasta anexa ao Livro de Actas.

O senhor Presidente fez a apresentação dos mesmos documentos. De seguida passou a ler um texto por si elaborado do seguinte teor:

"A proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Mourão para o quadriénio financeiro de dois mil e treze a dois mil e dezasseis e ano financeiro de dois mil e treze que se apresentam, são dois documentos que foram elaborados em conformidade com o Plano de Ajustamento Financeiro, com redução e racionalização da despesa corrente e de capital, na sequência da adesão do Município ao Programa de Apoio à Economia Local – PAEL.

A grave crise económica e social que se abate sobre o nosso país condiciona a autonomia financeira e a ação das autarquias locais, mas os documentos que se apresentam asseguram a prestação de serviço público e mantém os compromissos assumidos em áreas como a educação, ação social, cultura, desporto, ambiente, desenvolvimento económico, entre outras.

Espero, por tudo isto, que os senhores Vereadores votem favoravelmente a realização das acções que fazem parte destes documentos."

Apreciados os documentos em análise e não havendo objecções ou pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente colocou os mesmos à votação, tendo o executivo deliberado:

- **Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, respectivamente, para o quadriénio financeiro de dois mil e treze a dois mil e dezasseis e para o ano financeiro de dois mil e treze, e apresentar os mesmos, sob a forma de proposta, à Assembleia Municipal para que esta os aprove.**

Deliberação tomada por maioria, com 3 votos a favor e 2 votos contra, dos Srs. Vereadores Joaquim Gonçalves e Anabela Caixeiro, e em minuta."

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e portanto espera-se que a mesma mereça aprovação da Assembleia Municipal."



*Alves*  
*[Signature]*

O Sr. Presidente da Mesa convidou o Sr. Presidente a prestar mais alguns esclarecimentos adicionais sobre a proposta tendo este referido:

- O orçamento foi já elaborado de acordo com o plano enviado à DGAL e que integra o PAEL, onde são reflectidos diversos cortes na despesa, sendo de salientar a importância dos seguintes valores globais:

Em termos de receita o orçamento assenta essencialmente nas transferências da administração central e os impostos e rendas, que totalizam 4.700.000 euros;

Em termos de despesas com pessoal, água, saneamento, empréstimos, etc, somam logo 5.627.000 euros. A facturação que não é abrangida pelo PAEL, 174.000 euros, mais as restantes de 890.000 euros, no total de 1.064.000 de euros, mais as que transitam de 1.400.000, significa que são quase 3.000.000 de euros. Assim todos os meses ficam a faltar quase 100.000 euros. Por isso foram previstas reduções nas transferências e nas aquisições de bens e serviços.

- Para colmatar a falta de 4.000.000 de euros foram previstas receitas de 1.400.000 de euros do PAEL, 400.000 euros do Fundo de Regularização Municipal, 1.600.000 euros das rendas da EDIA e da EDP, e o restante como produto da venda de património.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à discussão a referida proposta, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. José Pedro dos Reis para dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pois em 6 anos é a 1.<sup>a</sup> vez que apresenta assim os números tão detalhadamente sem se enganar. Realçou que há uma grande diferença entre o orçamentado e o executado nas despesas com pessoal, que poderá estar relacionado com a não abrangência ainda do subsídio de natal. Também referiu algumas divergências entre o orçamentado e o executado no serviço da dívida. Verifica-se também grande diferença entre os custos com aquisição de serviço de terceiros, o que poderá estar relacionado com a agregação das rubricas, a não ser que estejam ali alguns encargos financeiros, o que não se justifica. Voltou a referir que pela 1.<sup>a</sup> vez em seis anos o Sr. Presidente apresentou e explicou os números do orçamento, que não são fáceis por haver mais despesa que receita.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para dar os parabéns ao Sr. Presidente pela coerência que tem tido todos os anos, e como este será o último orçamento que aprecia sente-se desiludido por não ter conseguido alterar as coisas. Há realmente coerência mas pelo facto de todos os orçamentos serem teóricos e irrealistas por nunca serem cumpridos, pois ainda no de 2012 só estão executados 46%. O orçamento realista do Município rondaria os 5 milhões mas no entanto são apresentados com 8 ou 9 milhões, mesmo havendo crise. Diz-se que o orçamento está de acordo com o plano de ajustamento financeiro do PAEL o que



não conseguiu descortinar. Sabendo-se que as despesas são certas e superiores às receitas verifica-se certamente o aumento da dívida. Como o orçamento não é real e é um documento só para encher, já se sabe qual será o sentido do seu voto.

O Sr. Francisco Oliveira para perguntar como pensa o Sr. Presidente resolver a falta do 1.00.00.000 euros que falta no final do ano se só consegue ter uma contenção de 300.000 como informou? Será assim mais um passivo de 600.000 euros a acrescer ao empréstimo que aí vem do PAEL. Cabe certamente a cada um uma quota-parte de responsabilidade, mas também será certamente diferente a responsabilidade de cada um.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a responsabilidade é do Presidente e do Executivo, que assume, não escondendo nada. Para se sair desta situação é necessário arranjar mais receita e fazer cortes na despesa.

O Francisco Oliveira para referir que numa anterior sessão o Sr. Presidente admitiu vender património pelo que pergunta se está nos objectivos do Executivo recorrer brevemente a essa possibilidade?

O Sr. Henrique Oliveira para referir que ficou perplexo porque este orçamento segue a linha dos anteriores dezasseis, e depois de tantos apelos à sensibilidade e responsabilidade de todos, e de se saber a situação catastrófica do Município, o orçamento e as grandes opções do plano não sejam mais próximos da realidade. Quando ano após ano se vão afastando da realidade mais difícil ou nunca se conseguirá chegar a essa mesma realidade. O Sr. Presidente sabe que não tem receitas mas fica sempre à espera de um milagre ou obra divina que lhe possa cair no regaço. Mais valia fazer um orçamento pobre, próximo da realidade, para se discutir coisas reais e não coisas que se sabe que não vão acontecer. Assim vai acontecer o mesmo que aconteceu à Gestalqueva.

O Sr. Rui Pereira para dar os parabéns ao Executivo pelo orçamento que apresentou, que não sendo o que certamente desejaria é o possível. Falou-se em responsabilidades e se o orçamento não fosse aprovado colocaria inúmeras famílias em dificuldades acrescidas. Ao votar sucessivamente contra os orçamentos não se está a ajudar o concelho e a sua população, e ainda não viu apresentar propostas, alternativas ou soluções. Quando a maior parte das verbas vão para vencimentos e empréstimos onde é que se pode cortar? Pelas intervenções feitas parece que querem cortar nos vencimentos.

O Sr. Joaquim Valadas para referir que este como os outros orçamentos são irrealistas pois nem chegam aos 50% de execução e pergunta se este orçamento contempla o pagamento à Junta de Freguesia de Granja das verbas previstas no protocolo que foi assinado?

O Sr. Presidente da Câmara informou que esses pagamentos estão contemplados mas também com uma redução total de 23.000 euros.



O Sr. Presidente da Mesa para referir que o documento exigiu quer aos técnicos quer ao Executivo muitas horas de trabalho e traduz duas ou três coisas:

- Quando se diz que o orçamento no lugar de 100 mil deveria ser de 80 mil, não se tem em conta que estes 100 mil já derivam de uma redução pois no outro ano seria 120 ou 130 mil, pelo que de facto já há um recuo na despesa.
- Por outro lado neste orçamento está já tudo, os 400 mil euros respeitantes às retenções e que desde Agosto que se arrastam, e 1.400.000 de euros do PAEL cujo empréstimo ainda não está autorizado formalmente. Por isso estas verbas estão nas outras como também as rendas da EDIA e da EDP.

Como um orçamento não pode ser deficitário, há que fazer estes ajustamentos ou então esconder as dívidas, situação que a autarquia nunca fez nem vai querer fazer. Assim se justifica que a execução dos orçamentos não atinja valores mais elevados. O que este orçamento também já reflecte é o conjunto de cortes que vai no plano de ajustamento do PAEL, que no conjunto das verbas em várias rubricas resultou numa diminuição de 300.000 euros. É evidente que estes cortes não chegam e não se sabe se a DGAL não vai dizer que é preciso ir mais além. Naturalmente que o orçamento é o possível para manter algumas actividades e dificilmente se poderia ir mais além nos cortes. Mais referiu que isto não resolve o problema e foi ontem aprovada legislação em que vai ser criado um fundo de apoio aos Municípios em desequilíbrio estrutural, e esta poderá ser a solução. Parece haver reservas dos municípios com saúde financeira em contribuir para esse fundo, pelo que não se podem queixar dos países estáveis não quererem contribuir para estabilizar a situação dos países em dificuldades como Portugal. Tem que se saber se deve haver uma Europa ou só países, como se deve saber de há um país ou 365 municípios, mas isto é uma questão política. Se vier a ser concedido o empréstimo do PAEL para além de diminuir a dívida diminuem também os encargos financeiros.

O Sr. Francisco Oliveira para referir que o orçamento é de facto um instrumento político, por isso há intervenções políticas. A intervenção do Sr. Presidente demonstra bem de quem é responsabilidade e demonstra no que cada um de nós acredita. Cada um tem a sua responsabilidade política consoante a sua actuação política. Quem está a fazer perder população é quem tem a responsabilidade da gestão e os orçamentos sempre foram aprovados, mesmo sem os votos da oposição. Mais perguntou que com esta forma de gestão para quando o equilíbrio da situação, pois não vê indícios de recuperação desse equilíbrio? Não é à oposição que cabe dizer onde deverão fazer os cortes pois nem lhe era permitido isso pelo Executivo. O que se vê é que continua a haver gastos supérfluos mas parece que não se quer ver e continua-se a enterrar a cabeça na areia, o que mais tarde ou mais cedo leva a um fim triste.



Abes  
~~Abes~~

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que ficou surpreendido quando viu o Sr. Presidente da Mesa com preocupação de defesa do orçamento e profundamente subserviente da actividade da Câmara, mais parecendo um membro do Executivo que o Presidente da Assembleia Municipal. Enaltece no entanto que quantos mais esclarecimentos melhor. Mais perguntou o que são os outros proveitos de 4,5 milhões de euros? Como já foi referido continuam as despesas supérfluas. Porque é que Mourão está nesta situação e outros municípios vizinhos com os mesmos problemas de interioridade, escassez de receitas, falta de população, etc, respiram saúde? Quem há vinte anos gere o concelho deve ter uma explicação para dar pois não é só ganhar eleições.

O Sr. José Pedro dos Reis para referir que este orçamento é igual a todos os anteriores.

O Sr. Manuel Pereira para referir que quando ouviu os membros da oposição falar depois da apresentação do orçamento pelo Sr. Presidente pensou que iria ser uma Assembleia diferente, mas afinal enganou-se. Quando dizem que não têm que dizer onde se devem fazer os cortes é claro que não têm que dizer porque a única preocupação da oposição é porque é que a Câmara não despede trabalhadores e não cria fome no concelho. Outra alternativa não têm e senão veja-se a situação dos órgãos onde são poder. Fala-se muito em independentes, mas há independentes que colaboram mais e fazem mais trabalho político com os partidos que os próprios inscritos e que são bem vindos, enquanto outros são autênticos saltimbancos, representando hoje um e amanhã outro partido e que só olham para eles.

O Sr. Rui Pereira para referir que a oposição quer seja no Executivo quer seja aqui no órgão deliberativo deve ser uma oposição firme mas consciente, não dizendo só que está mal e que se deve cortar. Parece que aqui não se faz nada, não há escolas, não há desporto. O Sr. Cerveira Dias disse numa Assembleia que era militante do PSD, foi proposto nas listas do CDS e agora diz-se independente. Deve ter de facto um problema de consciência e de afirmação e acabou por pedir suspensão de mandato.

O Sr. Francisco Oliveira para afirmar que a oposição que conhece nunca deixou de ser responsável. Estão à vista as contribuições que cada dá e referiu que quando as pessoas se congratulam com as acções políticas seguidas neste concelho têm o resultado que está à vista desde 1995 para cá. E para falar em acções políticas veja-se o cerco político que foi feito desde 2006 a 2009 à freguesia de Luz. Finalmente referiu que mais não diz para não ter que chamar à cena a situação da Gescruzeiros e da Gestalqueva.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para referir que o Presidente da Assembleia por ser Presidente não deixa de ser membro e por ter todo o direito de falar em pé de igualdade com os restantes. Tem muito gosto em ter participado activamente na elaboração do orçamento e para encontrar medidas positivas para o concelho e lamenta que possa



*[Handwritten signatures and initials]*

haver alguém que não o faça. Dá o seu contributo e não o esconde e o que deseja é que mais alguém o possa fazer, de forma desinteressada, que o faça também, o que não significa que o Executivo as acate ou siga. Defendeu o orçamento por não ter deixado de ser membro da força a que pertence. O contrário é que seria de estranhar. Ninguém o ouviu dizer que a oposição quando vota contra não é responsável. Cada um é responsável pelas decisões que toma. Expressões como a que o Sr. Cerveira Dias utilizou de "subserviência" ao Executivo não tem qualquer sentido, pois apenas está a defender um projecto apresentado pela maioria da qual faz parte. Não é funcionário nem membro de gabinete para ter que obedecer a quem quer seja, e muito menos precisa que lhe digam qual o seu grau de responsabilidade por aquilo que faz e pelas decisões que toma, o que torna extensivo a todos os membros da Assembleia.

O Sr. Manuel Pereira para dizer que se está num órgão político pelo que quando fala fá-lo em termos políticos e não pessoais. Pertenceu com muito orgulho à Assembleia de Freguesia de Luz onde aprendeu e ensinou alguma coisa. Algumas vezes teve de votar com base no artigo 93.º da Lei 169/99. Não é bom falar-se em termos pessoais mas se for necessário também o fará.

O Sr. Joaquim Valadas para referir que na parte final se desvirtuou a discussão sobre o orçamento, que se calhar interessou a alguém, mas não é agradável as pessoas enviarem piadas umas às outras, escamoteando a realidade deste concelho que está à vista de todos, bastando olhar para a rotunda à entrada de Mourão. As quezílias entre grupos, metendo todos os independentes no mesmo saco, e fazendo crer que ser independente é uma hipocrisia e uma falsidade não tem o seu apoio.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimentos, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida proposta à votação, tendo a mesma merecido aprovação, por maioria, com nove votos a favor, sete votos contra dos senhores Henrique Oliveira, José Pedro dos Reis, Ricardo Cartaxo. Manuel Cerveira Dias, Sara Correia, Joaquim Caeiro e Francisco Oliveira, e duas abstenções dos senhores Dimas Ferro e Joaquim Valadas, e em minuta.

#### **IV – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO**

Sobre o assunto em epígrafe o Sr. Presidente da Mesa dispensou a leitura da proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, do seguinte teor:

### **"PROPOSTA**

### **CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO**



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word 'Actas' written vertically.*

Em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, "aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei".

Tendo em vista o cumprimento do referido preceito legal e da deliberação tomada por este Executivo, na sua reunião ordinária de 14 de Dezembro de 2012, cujo teor seguidamente se transcreve, apresenta-se à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º do citado diploma legal, uma proposta para aprovação de empréstimos a curto prazo, para todos os empréstimos que a Câmara venha a contrair durante o período de vigência do orçamento, nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da Lei das Finanças Locais:

#### "5. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO

*Pelo senhor Presidente foi posta à discussão a análise deste Município contrair empréstimos a curto prazo, até ao montante máximo previsto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, ou seja não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior, para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, durante o período de vigência do Orçamento Municipal, para o ano financeiro de dois mil e treze.*

*Para melhor análise do assunto em discussão, o senhor Presidente lembrou também que, de acordo com o mapa XIX - transferências para os municípios, anexo à proposta de Orçamento do Estado para o ano de dois mil e doze e os documentos contabilísticos, deste Município, até 30 de Novembro de 2012, o total das receitas acima mencionadas é de € 3.551.159,34 sendo € 167.480,88 de IMI, € 33.597,06 de Imposto Único de Circulação, € 41.400,69 de IMT, € 9.760,71 de Derrama, € 3.258.646,00 de participações no FEF e € 40.274,00 de participação no IRS, pelo que o montante dos empréstimos a curto prazo, em qualquer momento do ano, é cerca de € 355.159,34.*

*Após discussão e não havendo objecções ou pedidos de esclarecimentos, o senhor Presidente propôs a aprovação de empréstimos a curto prazo, nas condições acima mencionadas, tendo o Executivo deliberado:*

- **Aprovar a proposta de contracção de empréstimos a curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, e apresentar a mesma, sob a forma de proposta, à**



*[Handwritten signature and initials]*

**Assembleia Municipal para que esta a prove, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 38.º da Lei das Finanças Locais, cuja redacção seguidamente se transcreve:**

*"A aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento".*

*Deliberação tomada por maioria, com 3 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador Joaquim Gonçalves e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Anabela Caixeiro, e em minuta. "*

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e portanto espera-se que a mesma mereça aprovação da Assembleia Municipal."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à discussão a referida proposta, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Francisco Oliveira para referir que o empréstimo será mais uma contribuição para o endividamento e agravante da situação calamitosa e pergunta se o empréstimo é só para pagar os vencimentos ou se é para participar também parte de alguma acção social no concelho?

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que acharia por bem tecer alguns comentários mas que não o faria por verificar que não há por parte de algumas pessoas capacidade de encaixe para ouvir outras opiniões. Mais referiu que não conseguiu descortinar que no plano de ajustamento financeiro recentemente aprovado houvesse alguma previsão de contracção de empréstimos de curto prazo. Por outro lado, de acordo com plano de saneamento financeiro aprovado em 2009, que não está a ser cumprido, verifica-se a impossibilidade de contrair novos empréstimos num período de cinco anos. Como é que isto se compatibiliza?

O Sr. Rui Pereira para referir que este procedimento não passa de uma autorização, como aconteceu no ano anterior em que foi dada autorização e o Executivo não chegou a contratar qualquer empréstimo, por isso não vê qualquer inconveniente nesta proposta. Finalmente frisou que o Sr. Cerveira Dias não deve voltar a chamar-lhe burro como indirectamente já várias vezes o fez.

O Sr. Henrique Oliveira para referir que deveria haver mais urbanidade entre os membros desta Assembleia. Estão ali para tratar de assuntos políticos e não das pessoas,



*Adão*  
*per*

independentemente das intervenções que cada um tiver. Há que ter cuidado com as palavras que se dizem, senão acaba por se ferir sempre alguém o que provoca reacção atrás de reacção. Independentemente de se gostar ou não da opinião dos outros deve a mesma ser respeitada, até pelo lugar onde se encontram que merece ser respeitado. Relativamente à proposta referiu que iria votar contra pelo simples motivo de o Sr. Presidente ter dito que faltava dinheiro para pagar os encargos que já tinha, logo uma nova contratação não resolve a situação e ainda a agrava. O Sr. Presidente referiu que o orçamento tinha um corte de 350 mil euros e qual o espanto que esta contratação vá precisamente até aquele montante, porque eventualmente pode vir a precisar dele. Quando já não se tem para pagar empréstimos e juros, fazer outro não resolve, só piora.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que no próximo vai ser já necessário amortizar o empréstimo do saneamento financeiro com capital e juros, cuja primeira prestação se vence já em Fevereiro, dois meses antes de receber as receitas do IMI, e para que possa cumprir aquele pagamento e o pagamento de salários, e caso haja alguma instituição que empreste o dinheiro, utilizaria então a hipótese da contratação do empréstimo a curto prazo. Não sendo possível contratar o empréstimo poderá ter de recorrer à hipótese de venda de património.

O Sr. Francisco Oliveira para dizer que nas suas intervenções nunca se dirigiu directamente a ninguém, mas sim à actuação política que cada um aqui tem. Não deve haver receio de se chamar à responsabilidade de cada um dos membros pelas posições políticas que toma. Mais volta a perguntar se esta verba vai ser utilizada na tão falada acção social e se o aumento da dívida tem em vista alguma acção para minimizar a perda de rendimento das famílias mais carenciadas, uma vez que o Executivo não tem contribuído para que sejam construídas infra-estruturas que permitam criar emprego?

O Sr. Presidente da Câmara informou que o empréstimo, se for autorizado e contratado, será uma antecipação de receitas a que já se referiu, e terá sua aplicação principal em pagamento de salários e empréstimos, e pagando salários já se está a ter um contributo no rendimento das famílias.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimentos, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida proposta à votação, tendo a mesma merecido aprovação, por maioria, com dez votos a favor, sete votos contra dos senhores Henrique Oliveira, José Pedro dos Reis, Ricardo Cartaxo. Manuel Cerveira Dias, Sara Correia, Joaquim Caeiro, e uma abstenção do senhor Ricardo Cartaxo, e em minuta

#### **PERIODO ABERTO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum munícipe pretendia intervir, tendo solicitado a palavra os senhores:



*[Handwritten signatures and initials]*

- Manuel José Frutuosa Quintas Canhoto para perguntar quais as contrapartidas que o concelho de Mourão com a participação na Gestalqueva, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que a Gestalqueva foi criada para potenciar o desenvolvimento na zona do regolfo do Alqueva, tendo-lhe sido atribuída uma verba para aplicação nessa mesma zona. A Gestalqueva promoveu diversas candidaturas a fundos externos, das quais os vários municípios beneficiaram. Aos poucos aquela verba foi-se esfumando e foi proposto que o funcionamento da Gestalqueva tivesse a comparticipação dos Municípios, e como os Municípios já tinham constituído a Associação Transfronteira dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva, não pretendiam investir naquela sociedade. A EDIA como principal accionista da Gestalqueva deixou também de investir dando-se então a sua extinção.

Mais perguntou o Sr. Manuel Canhoto o que vai acontecer ao património da Gestalqueva, como o parque de merendas, os cais, etc, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que relativamente a esses bens foram celebrados protocolos com os municípios para a sua utilização.

- António Martins para perguntar como é que o Sr. Presidente da Câmara acha viável o projecto de verticalização das águas, quando diversos Presidentes de Câmara, nomeadamente o de Évora o consideram verdadeiramente ruinoso? A água é de todos e não pode ser privatizada, pois os preços irão subir de tal ordem que as populações não vão poder pagar, tendo Sr. Presidente da Câmara que há um mal entendido pois ele não disse que queria privatizar as águas, o que disse foi que o preço da água a dividir pelos eis municípios sai muito mais caro do que se porventura entrar e ser parceiro da EPAL, porque o litoral tem muitos mais consumidores a pagar e em conjunto com o interior poderá o preço baixar. O estudo de verticalização da água está a ser feito pelo Governo e só depois de concluído serão a Câmara e a Assembleia Municipal chamadas a pronunciar-se sobre a integração ou não no sistema. O problema da água não está no sistema em alta mas sim nas baixas, como as redes e as perdas de água nessas redes.

- Mais referiu o Sr. António Martins que se o Município puder sair do consórcio deve sair, pois não acredita que os concelhos ricos do litoral estejam dispostos a ajudar a pagar os custos da água nos municípios do interior com problemas financeiros. Verticalidade é sinónimo de privatização.

- António Martins para perguntar se o Município irá também as dívidas da Gestalqueva ou a parte da venda do património chega para pagar essas dívidas?

Finalmente referiu que se falou em vender património e perguntou que agora ainda se poderá vender mas então e quando já não houver património o que se faz? Não há nenhum plano de pagamentos nem qualquer tipo de projecto para o concelho, quer apresentado pelo Executivo quer apresentado pela oposição.

O Sr. Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:



- O património da Gestalqueva é suficiente para pagar as dívidas;
- Ainda agora foi enviado um plano de pagamentos para DGAL;
- A venda do património a que se refere são bens adquiridos pelo município e não há nenhuma perda de activos relevantes ou históricos.

E, por nada mais haver a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada esta sessão, eram 24,00 horas. Para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada, por maioria, na sessão de \_\_\_ de Fevereiro de 2013, e vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Primeiro-Secretário,

O Segundo-Secretário,

O Coordenador técnico, servindo de chefe de divisão,